

Por uma pedagogia da *práxis*: lições de uma revolução em movimento

RONALDO DE SOUZA LIMA

RESENHA: BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. **Aprendizajes del Movimiento Zapatista:** De la insurgencia armada a la autonomía popular. Buenos Aires: CLACSO; México: El Colegio de la Frontera Sur – Ecosur, 2023. Disponível em: <<https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=2850&c=48>>. Acesso em: 12 out. 2023.

“O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua *práxis*, no exercício de violência da sua libertação”. (FANON, 1968, p. 44).

No livro *Aprendizajes del Movimiento Zapatista: De la insurgencia armada a la autonomía popular*, publicado em 2023, os autores Lia Pinheiro Barbosa e Peter Michael Rosset discorrem sobre diferentes aspectos do Movimento Zapatista no México. Com seus trinta anos de existência, o Movimento Zapatista oferece um dos mais importantes exemplos de autonomia indígena-campesina do mundo contemporâneo. O objetivo do trabalho é, portanto, analisar a *práxis* política zapatista como estratégia de defesa territorial. Para isso, Barbosa e Rosset estudam as diferentes vertentes da autonomia para construção e autodeterminação territorial na luta em âmbito local, nacional e internacional (BARBOSA; ROSSET, 2023).

Tomamos a definição de Vázquez sobre a *práxis* marxiana para pensar os processos revolucionários do Movimento Zapatista, e como eles unem uma prática política revolucionária a um constante processo de aprendizagem e autorreflexão. “A *práxis* é, portanto, a revolução, ou crítica radical que, correspondendo a necessidades

RONALDO DE SOUZA LIMA

Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Membro adjunto do Observatório das Nacionalidades. E-mail: ronaldo.souza@aluno.uece.br

radicais, humanas, passa do plano teórico ao prático.” (VÁZQUEZ, 1977, p. 128). O processo de transformação social impulsionado pelo Movimento Zapatista oferece numerosos aprendizados para outras comunidades oprimidas pelo processo colonialista. Um movimento que se pauta não somente por uma transformação material da realidade, mas por uma reflexão teórica, filosófica e pedagógica, em suma uma *práxis* radical para emancipação do seu povo. É preciso, portanto, refletir sobre que aprendizados podemos tomar da experiência zapatista e de como essa *práxis* pode ser um ponto de inflexão que ajude a pensar e agir em outros contextos colonizados no Sul global.

Ao final dos anos 1980, três forças histórico, político e culturais de resistência entram em uníssono no território de Chiapas no México: uma ação política indígena pautada pela identidade coletiva e a organização comunal; uma ação pastoral baseada na Teoria da Libertação; e a insurgência de sujeitos políticos armados em resistência. E em primeiro de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) formado por camponeses e camponesas indígenas brada o seu grito de resistência: “Já Basta!”. A denúncia ao Estado moderno que encontrava suas bases na exploração da terra e do corpo dos povos indígenas estava feita. A insurreição se consolidava na revolta armada e aglutinava suas demandas na *Primeira Declaração da Selva Lacandona*: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. E assim, a mais complexa experiência de uma real autonomia indígena-camponesa de base popular teve início na América Latina para pôr fim à “larga noite de 500 años” (BARBOSA; ROSSET, 2023).

Mas, se há uma radicalidade nas demandas, uma força política movida por uma revolta armada, uma violência intrínseca ao movimento de resistência zapatista, há também a resignação, o ouvir, a calma e o silêncio. Das aprendizagens maias toma-se a ideia do *mandar obedecendo*, princípio de organização política que se estrutura em torno da governança para o outro ao invés de si mesmo, que encontra na coletividade a força para a realização da transformação social, que põe como anterior a cada indivíduo o respeito pelas necessidades e decisões da maioria. Esse

envergamento em direção a um processo construtivo para além de um processo destrutivo é o que parece ser uma das razões de tamanha força do Movimento Zapatista.

O cerne da luta pela emancipação dos povos oprimidos no Movimento Zapatista passa obrigatoriamente pela questão indígena. E ela só pode ser solucionada com uma transformação radical do pacto nacional que precisa incorporar com justiça e dignidade os indígenas à nação, reconhecendo as suas características próprias de organização social, cultural e política. Essa é a transformação política do movimento como um projeto não só de revolta e destruição impostas sobre os povos oprimidos, mas de produção de um *Outro Mundo*. A passagem da rebeldia para a autonomia é o que permite *criar* para além do *destruir*.

Nesse ponto, é preciso situar o Movimento Zapatista como processo circular, de constante questionamento de si mesmo como forma de avanço, uma espiral que se mexe para o futuro. A metáfora dos caracóis é essencial para o entendimento do Movimento Zapatista, pois a imagem da espiral é uma representação metafísica da concepção do tempo cíclico indígena que se opõe a uma linearidade típica do pensamento ocidental. Olha-se também para o animal como símbolo de uma lentidão das transformações, como representante de um longo caminhar que recusa qualquer imediatismo das decisões. Esse último, um forte contraponto a uma modernidade cada vez mais acelerada, mais instantânea. O próprio transformar com calma já é, em si, uma rebeldia. E da mesma forma que o caracol representa essa concepção de tempo para os zapatistas ele também é tomado no sentido prático como configuração de uma confluência de debates que praticam o movimento espiral da dialética política. Melhor dizendo, as decisões tomadas dentro das comunidades são endógenas e exógenas ao mesmo tempo. O que é central logo se torna periférico, o que estava circundando, desce para o centro. Assim, os debates se tornam cíclicos, a palavra circula, e as decisões passam por todos. Uma eterna espiral que atravessa todos os membros da comunidade para o processo emancipatório.

Em um contexto de colonização e objetificação do corpo feminino, o Movimento Zapatista entende que não é possível haver

uma real emancipação e autonomia sem a presença e participação das mulheres. O processo de descolonização do feminino precisa passar por uma libertação que só pode ser alcançada com uma efetiva participação feminina nas reivindicações políticas do movimento. A emancipação das mulheres zapatistas passa por uma pedagogia da palavra que toma o dizer feminino como uma forma pública e prioritária de formulação de políticas. O direito por um trabalho digno, a luta contra a violência à mulher, o protagonismo nas tomadas de decisões da comunidade, todas essas foram reivindicações das mulheres zapatistas que usavam o método dialético dentro das comunidades, gerando um constante retorno entre essas mudanças e suas aplicabilidades práticas. Esse movimento de constante aprendizagem com a realidade prática, é algo que perpassa todas as instâncias do Movimento Zapatista.

O processo pedagógico dentro do movimento é outra das características que mais impactam o seu processo de transformação social. A busca pela formação de uma *práxis* política para a sua população leva em conta a consolidação de um pensamento social revolucionário, associado a uma pedagogia da autonomia, inspirada em Paulo Freire.

En nuestro análisis, esa concepción educativa se articula a tres planes: a) la acepción de la educación emancipadora, formadora de una conciencia crítica y que permite a los sujetos forjar su identidad política vinculada a otro proyecto societal, en los sentidos atribuidos por la tradición de la Educación Popular y las pedagogías críticas de América Latina; b) la consolidación de una educación propia –el *Sistema Educativo Rebelde Autónomo Zapatista de Liberación Nacional (SERAZ)*– y c) El zapatismo como un movimiento educativo-político y su potencial pedagógico en enseñarnos principios filosóficos, organizativos y políticos, además de una teoría social y un método analítico. (BARBOSA; ROSSET, 2023, p. 72-73).

Esse é um processo pedagógico muito além do ensino bancário baseado somente na transferência de conhecimento, mas atravessa toda uma experiência de vida que é perpassada pela aprendizagem das línguas locais, pelo ensino de matemática, de geografia,

de leitura, e indo até o ensino de práticas políticas e filosóficas que compõem a realidade zapatista, está para além de qualquer sala de aula ou grade de disciplinas. O processo autônomo de formação educativa se vincula diretamente a uma responsabilidade comunal que ultrapassa da dinâmica professor-aluno visando dar protagonismo aos envolvidos no processo pedagógico. As famílias e a comunidade têm papel determinante no processo de aprendizagem de todos os participantes do Movimento Zapatista. O ato educativo está no cotidiano, é participativo, se relaciona com a terra, é produzido nos diálogos, está no próprio seio das famílias zapatistas.

O conhecer é um processo dialético no qual o “eu penso” é posterior ao “nós pensamos”, onde há uma força coletiva anterior à individualidade e esse sujeito só constrói a si mesmo depois de enxergar o outro. Portanto, o conhecer implica uma ação no mundo, uma presença que precisa vir acompanhada da reflexão crítica. São os homens e mulheres enquanto corpos conscientes que transformam o mundo sempre numa *práxis* mediada por uma dialética ação-reflexão (FREIRE, 1974). O pensamento zapatista se liga diretamente a uma *práxis* como base de um movimento político que se baseia diretamente nas reflexões de Paulo Freire sobre refletir-agir-refletir:

Otra aportación fundamental de la teoría social y política zapatista constituye la centralidad de la *praxis* como elemento medular de una teoría revolucionaria y del proyecto mismo de la autonomía. En el caso del zapatismo, la *praxis* conlleva al principio pedagógico freiriano de la reflexión-acción-reflexión, de “caminar preguntando”, (BARBOSA; ROSSET, 2023, p. 105).

É o atuar na realidade enquanto reflete sobre ela, é o pensar unido ao agir, a *práxis* pedagógica como maneira de transformação do mundo. Essa é a emancipação política popular como projeto de libertação dos homens e mulheres, sujeitos históricos-políticos zapatistas. A própria identidade política dos zapatistas se incorpora numa categoria linguística diferenciada que se baseia não mais na centralidade do Eu, mas sim do Nós. Quem fala não fala por si,

mas responde a uma demanda coletiva representada linguisticamente na figura do Nós. Esse é um contraponto fundamental ao pensamento liberal que crê na força do individual como categoria política basilar das suas transformações sociais. Ao se propor a *mandar obedecendo* e o *nós antes do eu* a práxis zapatista confronta filosoficamente as bases do pensamento liberal moderno.

A *práxis* zapatista é uma das mais emblemáticas experiências de autonomia de fato, produzindo uma teoria política propriamente latino-americana pautada por uma interpretação histórica, sociológica e filosófica da realidade, visando a libertação e emancipação efetiva dos homens e mulheres que passaram por *500 anos de uma grande noite*. Há um infinito de aprendizados que podemos tomar como pauta para outros processos de emancipação política no Sul global. *Caminhar perguntando, nós antes do eu, mandar obedecendo, outro mundo, circularidade do tempo e das ações, presença feminina nas decisões*, são grandes lições em um breve texto sobre um enorme movimento.

Finalizo com os princípios zapatistas para uma ética rebelde, que é aprendizado central para quem deseja uma política emancipatória, um governo de luta contra as opressões e um processo de inclusão para as nossas decisões políticas.

En el proceso de estructuración del gobierno autónomo, las y los zapatistas han asumido una “ética rebelde” que sostiene la horizontalidad en la construcción de una democracia de base y que se fundamenta en los *Siete Principios Zapatistas*:

1. Bajar y no subir;
2. Convencer y no vencer;
3. Construir y no destruir;
4. Representar y no suplantar;
5. Proponer y no imponer;
6. Obedecer y no mandar;
7. Servir y no servirse. (BARBOSA; ROSSET, 2023, p. 43-44).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. **Aprendizajes del Movimiento Zapatista**: De la insurgencia armada a la autonomía popular. Buenos Aires: CLACSO; México: El Colegio de la Frontera Sur – Ecosur, set. 2023. Disponível em: <<https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=2850&c=48>>. Acesso em: 12 out. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. O processo de alfabetização política. *In*: FREIRE, Paulo. **Uma educação para liberdade**. 4. ed. Porto: Dinalivro, 1974, p. 41-59.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.